



Reflectir o Onze de Março como uma janela aberta para um dia novo

Dou-me na banca de jornais com um apelo rubro da parte da imprensa do dia. Afinal o onze de Março, que impediu o regresso do autoritarismo neo-corporativo de António de Spínola, empurrando a revolução de Abril para a nacionalização da banca e de muitas empresas privadas, começa a ser repensado, historicamente, como um passo necessário ao fim da partilha do poder político por meia dúzia de famílias, cuja fortuna assentava na exploração colonial da África de língua portuguesa, na especulação e na agiotagem nacionais, assentes nos monopólios criados pela pertença ao partido único que Salazar criara e Marcelo Caetano defendera, sob a vigilância da PIDE, futura EX-DGS e a bênção duma hierarquia católica dominante na sociedade portuguesa a partir da aliança Estado Novo -Igreja, Salazar-cardeal Cerejeira.

Hoje, que o neo-liberalismo de Cavaco Silva, Barroso, Santana Lopes, Passos Coelho, e quejandos, fez recuar Portugal a um estado perto da bancarrota da última década do século XIX, cuja dívida aos credores ingleses e franceses só acabou de ser paga já depois do 25 de Abril de 1974, pensar-se na nacionalização da banca como uma data simbólica quase se pode considerar uma heresia. O 25 de Novembro, com o fim do MFA, a redemocratização à americana do país, que conduziu à sua reprivatização e à reentrega aos banqueiros do fascismo colonialista, é simbolicamente posto entre aspas, já que tais medidas assumidas pelos governos de Mário Soares e Cavaco Silva conduziram ao seu assalto por bandidos que destruíram, com o beneplácito do poder, o BCP, o BPN, o BPP, o BES, entregando por tuta e meia o BPI aos petrodolares angolanos. Mas não só a Banca. Portugal, hoje, é um país sob protectorado alemão, como o foi durante muitos séculos dominado pela Inglaterra.

É significativo que a imprensa portuguesa contemporânea assuma simbolicamente, pela cor revolucionária, a necessidade de reflexão sobre uma história que, pelo recuo dos três Dês, descolonizar, democratizar, desenvolver, nos conduziu uma vez mais ao empobrecer, ao envilecer e ao emigrar.

As portas que Abril abriu e que Mário Soares ajudou, com o apoio de Carlucci e da CiA, a fechar, permitiu, com a acção decisiva de Cavaco Silva, como primeiro ministro, depois na presidência da República, o regresso a um país em que diariamente, o poder subverte a Constituição, com exemplos de dois pesos e duas medidas no cumprimento das leis e na execução das penalidades, submisso e reverente ante a voz grossa duma Europa autoritária, neo-bismarquiana, germanófila, cuja ambição assentou, após o pangermanismo de duas guerras mundiais e milhões de mortos, na conquista pelo poder económico do que se não conseguiu pela violência das armas - o domínio do continente .

A hipocrisia é hoje a palavra de honra da vida política, em que o divórcio dos cidadãos com os partidos tradicionais se agudiza a cada dia que passa, por descrença, pela percepção de que as palavras não correspondem aos actos. Não é só um fenómeno nacional, mas europeu, já que a social-democracia e a democracia cristã repudiaram o, que após a segunda guerra mundial, lhes concedeu o poder na Europa: o estado social. O direito democrático dos povos à saúde, à habitação, ao emprego, à segurança social, à paz, ao combate às desigualdades.

O poder da informação, a sua divulgação quase repentina, cria um espírito novo, que cada vez mais exige transparência na vida política e cada vez é mais confrontada com a opacidade, a vigarice, a bajulação, o suborno, o compadrio. Daí a sua disponibilidade para algo que está a nascer, vai ganhando força nas redes sociais europeias, os movimentos de cidadania.

Basta um exemplo. leitor. Abra o televisor no Parlamento e assista a uma sessão plenária da Assembleia da República. Compare com a obra romanesca queirosiana, do finais do século XIX -só mudaram as moscas e a utensilagem tecnológica. Estamos perante a elite política da nação, representantes dos partidos em que votámos nas siglas e desconhecíamos a maioria dos nomes das listas. Já não há tão às claras a compra dos votos, mas a cacicagem manteve os mesmos tipos de influentes arrebanhadores de votos, as mesmas formas de apoio monetário , para ser recompensada à posteriori, após a vitória.. O que se discute, o como se discute, o porque se discute, é algo que se prepara nas tertúlias partidárias, a que os cidadãos não têm acesso. Quem é quem, e como ali se chega, o que ali se prepara, as suas razões e quem ganha com isso, é negócio de deuses, não dos cidadãos. Entre o país e a Assembleia, como entre o país e Belém, ergue-se um muro tão opressivo e repudiante como o de Berlim.

Uma imprensa que traduza este mal-estar, que o denuncie, é um bom exemplo dessa exigência da humanização da política, só possível pela liberdade de informação.

O 11 de Março foi um momento raro da possibilidade dum povo assumir o seu papel na história do país. Reflectir no que falhou, trazê-lo a público, talvez seja algo que nem interesse muito à partidocracia reinante, mas pode ser uma porta que se volte a abrir, quando vemos a que levaram as privatizações no Portugal neo-liberal e pseudo-democrático em que vivemos.

Diz-se que a Europa não permite tais caminhos. Mas a Europa saída da 2ª Guerra Mundial está a caminho da sua mais que previsível derrocada, ante as ameaças de novos poderes e de velhos rancores.

12 de Março de 2015 antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt